

DECOLONIALIDADE, QUESTÃO AGRÁRIA E NEOEXTRATIVISMO MINERAL: O TEATRO DA HYDRO-ALUNORTE NA AMAZÔNIA PARAENSE

Andrey Henrique Figueiredo dos Santos⁹²

Resumo: Os sujeitos do grande capital em articulação com Estado brasileiro elegeram a Amazônia como uma grande “fronteira de acumulação”. Desde a década de 1960, vemos o processo de ocupação da região se intensificar e, com ele, os conflitos, em várias dimensões. Nesse sentido, este escrito propõe-se a abordar e a buscar reflexões acerca dos impactos socioambientais causados pela mineradora Hydro-Alunorte, sobre o rompimento de barragens de rejeitos, referindo-se a SDR1 e a SDR2, da empresa norueguesa, no município de Barcarena, no Estado do Pará, no dia 17/02/2018. Aqui, a mineração será analisada pelo prisma da questão agrária, pois, penso que é fundamental para termos a dimensão do impacto no município, em especial, às comunidades de povos tradicionais que ali residem e que foram afetadas pelo crime ambiental. Assim, a lógica do vetor da mineração, como mais uma frente econômica neoextrativista, e da questão agrária que lhe é subjacente. Metodologicamente, parto de revisão bibliográfica, revisão documental, trabalhos de campo no município, mais precisamente em 4 das 13 comunidades afetadas, registro de memória, entrevistas, conversações informais, e registro imagético – em foto e audiovisual – para capturar não apenas as falas, mas o gestual, a forma de se expressar e a singularidade da vida.

Palavras-chave: Decolonialidade; Questão agrária na Amazônia; Neoextrativismo mineral; Crime ambiental.

Abstract: The subjects of high capital. in articulation with the Brazilian state elected Amazon as a large "frontier of accumulation". Since the 1960s we have seen the process of occupation of the region intensifying its conflicts in several dimensions. In this context, this article proposes to approach and seek reflections about the socio-environmental impacts caused by the hydro-miner Alunorte, about the of SDR1 and SDR2 of the Norwegian company in the county of Barcarena in the north-east of Pará state, on 17th of February 2018. In this research, mining will be analysed by the feature of the agrarian issue. I think that it is fundamental to have the dimension of the impact in the municipality in particular to communities of people traditionally residing there. Thus, the logic of the mining vector, as another economic form of neo extractivism, and the agrarian issue that underlies it. Methodologically, this article starts with a bibliographical review, documentary review, fieldwork in the county (4 of the 13 communities affected), recordings, informal interviews and conversations, and image registration - in photo and audio-visual – for capturing not only the speech, but also their gestures, the way of expressing itself and the uniqueness of life.

Keywords: Decoloniality; Agrarian issue in the Amazon; Neoextractivism mineral; Environmental crime.

INTRODUÇÃO

A construção da ideologia que hoje denominamos desenvolvimento, herdeiro do progresso do século XIX, vem se materializando nos projetos políticos traçados

⁹² Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Pará. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Membro do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTECA/UEPA). E-mail: andreyhenrique@hotmail.com

para a Amazônia, desde as rodovias das décadas de 1960/70, passando pelas imensas plantas de geração de energia hidroelétricas, chegando aos parques industriais da mineração, dos imperadores do latifúndio e ultimamente às monoculturas de soja e de dendê (BRINGEL, 2016).

Este enredo escrito para Amazônia teve seu mais recente ato: a farsa da NORKS HYDRO ASA. A empresa norueguesa atua no setor mineralógico desde o início do século XX, e perdeu sua máscara de personagem que, no discurso do desenvolvimento, “leva benefícios” aos habitantes onde se instala, inclusive no Estado do Pará. Portanto, os acontecimentos no município de Barcarena (localizado no nordeste paraense) apontam para algumas necessidades para a pesquisa nesta região. Existem necessidades de espacializar o fenômeno. Por isso, a ciência geográfica é importante neste debate. Urge uma pauta de pesquisa interdisciplinar e, ao mesmo tempo, urge entender a dinâmica da indústria mineradora nesta região, já que essas empresas se instalaram em um contexto em que a preocupação ambiental era incipiente.

Para entendermos: a Alunorte é a maior refinaria de alumina do mundo, fora da China. O produto é a principal matéria-prima do alumínio e é produzido a partir da bauxita, que é fornecida pela Mineração Paragominas-PA via mineroduto e pela Mineração Rio do Norte (MRN), pelo porto de Vila do Conde em Barcarena-PA. Parte da alumina é exportada e a outra é direcionada para a Albras, produtora de lingotes de alumínio.

A HYDRO, fundada em 1905, tem como maior acionista o Estado norueguês, bem como instituições dos Estados Unidos, Inglaterra e China. Possui relação comerciais com o Brasil desde a década de 70, adquirindo em 2010 os ativos de alumínio da VALE, dessa forma, construiu uma companhia de alumínio global. Portanto, inclui: Bauxita (Paragominas-PA), participação majoritária da maior refinaria de alumina do mundo, a ALUNORTE, com participação de 51% na empresa de alumínio do Brasil, a ALBRAS.

Portanto, o acesso à empresa se dá a partir da cidade de Barcarena, por meio da rodovia PA-481. Instalada na região desde 20 de outubro de 1995, a Alunorte (nome da empresa, antes da compra pelo grupo norueguês Hydro) foi criada para ser uma fornecedora cativa de alumina para produção de alumínio da Albrás (BPR, 2015). Em Barcarena, a Hydro Alunorte é responsável pelo refino da bauxita e pela produção da alumina (Al_2O_3), e a Alumínio Brasileiro S.A. (Albrás), também situada nesta

cidade, é a indústria que produz alumínio primário, como lembram Henriques e Porto (2013).

O crime ambiental que ocorreu na madrugada do dia 17/02/2018, esse já antecipado pelos próprios moradores das comunidades ao entorno do empreendimento, o rompimento de barragens de rejeitos, referindo-se aos depósitos de resíduos sólidos um (SDR1) e dois (SDR2) (ver figura 1), da empresa norueguesa em Barcarena no estado do Pará. Após uma vistoria com a presença da procuradoria do Ministério Público, foi identificada uma tubulação clandestina que saía da refinaria e despejava rejeitos que contaminaram o solo da floresta e os rios das comunidades tradicionais próximas. Ainda foram encontradas outras duas tubulações ilegais que tinham a mesma finalidade.

As denúncias das práticas irregulares da empresa em relação às questões tanto sociais como ambientais não é fato novo. O Instituto Evandro Chagas apontou, no laudo, que foram treze (13) comunidades ribeirinhas afetadas pelo crime ambiental. Sem falar da escala que essa poluição pode alcançar acentuando as dificuldades que esses empreendimentos trazem para as populações próximas às barragens. Impactando assim, comunidades ribeirinhas, quilombolas e do centro urbano.

Figura 1: Comunidades Bom Futuro e Vila Nova e na empresa Norsk Hydro Alunorte, Cidade de Barcarena, Pará.



Fonte: Google Earth

Vale frisar que, umas das bacias da Hydro-Alunorte, a DRS2, não está em funcionamento, pois, o juiz federal da 9ª Vara, Arthur Pinheiro Chaves, decidiu manter o embargo judicial ao Depósito de Resíduos Sólidos. Após informações colhidas nos trabalhos de campo, essa barragem é uma das mais perigosas. Primeiro, pelo material contido, que é altamente tóxico: soda cáustica e arsênio. Segundo, pelo tamanho (superior a 100 hectares) que, em caso de rompimento, poderia afetar uma área de grande extensão.

Nos últimos quinze (15) anos, a média é de um acidente com grave impacto ambiental a cada nove meses na região de Barcarena-PA, onde vivem 99 mil pessoas. Atualmente, cerca de 26% da população de Barcarena tem menos de 15 anos de idade (BRASIL DE FATO, 2018). Para termos ideia, um ano antes do crime ambiental, segundo o *site* da empresa, o lucro ajustado da Hydro aumentou para NOK 3,55 bilhões no quarto trimestre de 2017.

Tendo feito esse apanhado histórico (e necessário) para uma melhor e maior *imaginação espacial* (MASSEY, 2008) do leitor, justifico abaixo esse primeiro momento descritivo do trabalho, pois, não sei como é nas outras Ciências Humanas, no entanto, na Geografia, se deplora muito o ato de descrever, como algo redutivo

(Geografia tradicional). Quando muitos querem explicar e analisar, é preciso me deter no que quero dizer por “descrever”.

Vivenciar o campo de pesquisa é despir-se desta separação constantemente requerida, entre sujeito e objeto, embeber-se e deixar-se beber no espaço vivido sem perder o rigor da investigação, indo na direção do sentido mesmo de existência – encarnado na realidade que só podemos realizar através do encontro, com o mundo e com os outros, “sem sujeito não há mundo” (LUIJPEN, 1973, p. 68) e qualquer reflexão é tomada de posição corporal – física e reflexiva, inseparáveis (MERLEAU-PONTY, 1999) se pretendemos nos comprometer com desvelamento da realidade (LUIJPEN, 1973) que possui um componente criativo e de abertura de sentidos num processo de compreensão (ARENDT, 1993).

Nesse sentido, descrever não é separável de interpretar, neste caso, menos ainda é separável de uma posicionalidade do olhar de quem executa a descrição, com todos os limites que esta posição implica. Descrever é também exercício de criação intencional e comprometimento com a experiência vivida (CAPALBO, 2008), cujo distanciamento é simplesmente impossível.

Dito isso, este escrito vai ao sentido da inquietude aos estudos da questão agrária (centrada no campesinato como sujeito e na luta pela terra como ação) para se compreender a complexidade das relações e das histórias de vida presentes na região estudada. Em outras palavras, as categorias tradicionalmente mobilizadas por essa tradição teórica não dariam conta de explicar as diferentes relações com a terra e o rio estabelecidas pelos sujeitos afetados pela mineração.

Metodologicamente, parto de revisão bibliográfica, revisão documental, trabalhos de campo no município, mais precisamente em quatro (4) das treze (13) comunidades impactadas (entre elas ribeirinhas e quilombolas), registro de memória, entrevistas, conversações informais, e registro imagético – em foto e audiovisual – para capturar não apenas as falas, mas o gestual, a forma de se expressar e a singularidade da vida dos sujeitos. Nesse sentido, na primeira seção trago um breve panorama da sujeição histórica dos povos tradicionais da América Latina e sua inserção na questão agrária, por um corte decolonial. Já na segunda seção, tento focalizar no meu objeto de pesquisa, entendendo o crime ambiental da Hydro por um viés multifacetado, entrelaçando vários sujeitos envolvidos no caso. Ainda nessa seção, trago as falas dos próprios impactados pelo crime, trazendo a magnitude da situação ocorrida e mostrando que os impactos da questão mineral dialogam em

escalas regionais, nacionais e internacionais, e que (re)configuram a questão agrária no tempo e no espaço.

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS POVOS TRADICIONAIS NA QUESTÃO AGRÁRIA

Como vemos apenas com uma visão panorâmica das formas em que o capital avança no meio rural, podemos perceber que suas lógicas da reprodução no campo hoje impactam de forma considerável populações ou que mantêm uma relação entre a subsistência e a exploração da natureza marcada pelo equilíbrio ou que se localizam de áreas de difícil acesso, como acontece com boa parte dos povos e comunidades tradicionais. Essa constatação somada à “extraordinária diversidade fundiária” (LITTLE, 2002, p. 2) desses grupos nos leva a pensar na necessidade de repensar os termos com que devemos entender hoje a questão agrária no Brasil. Montenegro Gómez (2010) e Marcos (2016) apontam para uma série de aspectos que mudaram a leitura da questão agrária, como os problemas ambientais, a soberania alimentar, a segurança alimentar, a pluralidade de sujeitos em conflito com a lógica destrutiva do capital ou o papel do Estado na agricultura, o tema da heterogeneidade fundiária que os povos e as comunidades tradicionais possuem não é um tema menor.

A manutenção de formas comunitárias de aproveitamento dos recursos naturais, que apesar de terem sua área reduzida continuam mostrando sua vigência para a manutenção desses grupos, se constituem, por um lado, em resistência ao avanço do aproveitamento privado da terra e, por outro lado, em aviso para fortalecer mecanismos de reforma agrária que permitam contemplar essas diferenças nas formas de acesso à terra, assim como estratégias de regulação fundiária que possibilitem a esses grupos serem reconhecidos não só associados a uma terra determinada, mas a um território específico (MONTENEGRO GÓMEZ, 2012). Dessa forma, sob a lógica da ciência moderna e ocidental como instrumento legitimador de qualquer intervenção, o desenvolvimento ganha uma capilaridade intensa e inquietante: pelo desenvolvimento são eliminadas formas de vida adequadas a contextos específicos (bens naturais explorados em comum, práticas de convívio com meios naturais restritivos, etc.), mas que não se consideram racionais desde o crivo científico-moderno-ocidental; são construídas infraestruturas desmedidas (barragens, portos, estradas, etc.) que favorecem apenas a penetração de atividades econômicas

e o saqueio de recursos naturais e não as comunidades que vivem no local; ou são impostas formas de (des)regulação (comercial, trabalhista, etc.) que sob o discurso enganoso da liberdade, favorecem quem na competência já parte com vantagem (ESCOBAR, 1998).

O desenvolvimento, por muitas partículas que carregue, impõe caminhos estereotipados de “progresso” econômico. Por isso, pensar um desenvolvimento sustentável dos povos e das comunidades tradicionais (como sugere a Política Nacional), levanta sérios interrogantes. Que tipo de desenvolvimento é esse? Quem necessita desse desenvolvimento? Os povos e as comunidades tradicionais são subdesenvolvidos? Até que ponto o fortalecimento desses grupos se dá com uma política de desenvolvimento? Segundo Montenegro Gómez (2012), o paradigma da decolonialidade, aprofundando as diferenças, enfatizando a pluralidade de discursos, criticando as histórias contadas superficialmente e desde um só bando, abre múltiplas possibilidades para uma análise das ausências, das supressões que hoje perduram, não só como história, como tradicionalidade, como ancestralidade, mas, sim, como processos cotidianos de eliminação de outras racionalidades nessa sociedade da racionalidade única do capital.

O TEATRO DO REAL E A “NOSSA MISSÃO”: A FARSA DA NORK HYDRO ASA QUE ENVENENA BARCARENA-PA E A AMAZÔNIA

No dia 19 de março de 2018, a comissão⁹³ externa da câmara dos deputados federais recebeu novo reporte da Hydro Alunorte, via *e-mail*, assinado por seu vice-presidente, Sr. Anderson Baranov. O documento iniciava com as seguintes frases: “A missão da HYDRO é criar uma sociedade mais viável, desenvolvendo recursos naturais e produtos de maneira inovadora e eficiente honrando esta missão há mais de um século (...)”. Assim, podemos perceber que a missão da HYDRO é construir uma sociedade viável: Viável para quem? A “missão” da HYDRO, junto com a historiografia tradicional, me faz crer que, não se difere do discurso/ação do “projeto modernidade/colonialidade” (ESCOBAR, 2003), em que os povos tradicionais já enfrentam há séculos na América Latina o “velho” e o “bom” desenvolvimento por

⁹³ A comissão foi formada por deputados federais para averiguação do caso.

pillagem (LITTLE, 2002). Em outras palavras, “a colonialidade é constitutiva da modernidade: sem colonialidade não há modernidade” (MIGNOLO, 2009, p. 39).

Nesse reflexo de colonialidade, a convivência do Estado do Pará foi clara quando, em entrevista coletiva realizada no dia 23 de Fevereiro de 2017, o governador do Estado, Simão Jatene (PSDB-Pará), relatou que o “acidente ambiental” foi de responsabilidade da grande quantidade de chuva⁹⁴ no dia em que houve o vazamento das bacias de rejeitos de bauxita. Ou seja, culpando “São Pedro”, por tal ocorrido. Até Santo entra na peça no teatro do real. Goffman (2007) realiza uma análise das interações sociais dos sujeitos utilizando a linguagem, os gestos, os olhares e a verbalização.

O indivíduo influencia o modo que os outros o verão pelas suas ações. Por vezes, agirá de forma teatral para dar uma determinada impressão para obter dos observadores respostas que lhe interesse, mas outras vezes poderá também estar atuando sem ter consciência disto. Muitas vezes não será ele que moldará seu comportamento, e sim seu grupo social ou tradição na qual pertença (GOFFMAN, 2007, p. 67).

Nessa premissa, as razões que levam os atores, como Goffman dizia, a manipularem as situações, ou seja, o palco de atuação de acordo com os seus anseios, estão pautados na liberdade de escolha de cada indivíduo transformá-las para aplicar em sua própria teoria. Ressaltando que a contaminação que segundo o relatório do Instituto Evandro Chagas (IEC), (realizado após o ocorrido) RELATÓRIO Nº: 002/2018⁹⁵ PROCESSO Nº: 010/2018, “*neste momento as águas apresentaram níveis elevados de Alumínio e outras variáveis associadas aos efluentes gerados pela Hydro Alunorte*” (**Grifos meus**). A contaminação já havia sido denunciada em 2014, com a publicação de uma pesquisa feita pelo Laboratório de Química Analítica e Ambiental (Laquanam) da UFPa. Mas nenhuma providência foi tomada desde então.

Os impactos causados não podem ser quantificáveis e se expressam nas falas dos moradores do município. A poucos metros da casa de Maria Salestiana Cardoso, 69 anos, é possível presenciar a degradação do igarapé do *Bom Futuro* (ver figura 4), em Barcarena-Pa. A margem do manancial foi tomada por lodo. “*Não serve*

⁹⁴Disponível em: <http://m.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-489208-jatene-poe-culpa-em-sao-pedro-e-defende-hydro.html>

⁹⁵ “Avaliação dos impactos referente ao transbordo de efluentes de lama vermelha na cidade de barcarena, estado do Pará”. Disponível em: http://www.iec.gov.br/portal/wpcontent/uploads/2018/03/RELAT%C3%93RIO_T%C3%89CNICO_002-2018-compressed.pdf

para mais nada”, diz a ribeirinha, que lamenta que as águas estejam impróprias ao consumo depois do transbordamento de lama vermelha da produção de bauxita da mineradora norueguesa Hydro-Alunorte. E, em outro momento, a ribeirinha enfatiza: *“O igarapé morreu, não tem mais peixe”*. Já dona Maria Silva, presidente da Associação Cainquiam, relata em sua fala uma dimensão simbólica e emocional com o lugar:

Eu sou filha do Icaraú (nome da comunidade), nasci próxima à senzala. Eu lutei na Justiça Federal para dar essa terra para o povo que era deles por direito. Eu não vou deixar a minha casa. Eles que precisam parar de poluir os nossos rios, e precisam indenizar as famílias que prejudicaram. Eu não arredo o meu pé daqui (Entrevista realizada em julho de 2018).

Já o seu Nivaldo, da comunidade quilombola Cupuaçu/Boa vista, que há meses convive com uma ferida na perna, e que inclusive piorou depois do contato com a água contaminada no transbordo de Fevereiro. Seu Nivaldo relatava que já tentou obter recursos para a comunidade, mas que a prefeitura do município não sinaliza nenhum tipo de ajuda e, para piorar, os poços ficaram inutilizados depois do transbordo da bacia de rejeitos da Hydro.

O ferimento era pequeno. Eu e outros moradores fomos ajudar as pessoas que estavam com as casas alagadas, aí piorou. Eu fui ao médico e ele fez curativo, passou antibiótico, mas não está resolvendo. Minha bebê de um ano e dois meses passou vários dias com muito vômito e diarreia, por causa da água (contaminada pelas bacias de rejeitos da Hydro-Alunorte). É muito triste o que a gente vive (Seu Nivaldo. Entrevista realizada em Julho de 2018).

A mineradora faz o seu papel na tentativa de destruir esse (imenso) mundo de cosmopolítica e de outras ontologias que se diferenciam das nossas, porém, são ignoradas, quando não, invalidadas. Há muitas outras falas que poderiam ser destacadas, mas penso que as citadas acima são significativas para explicitar o valor da terra e da lugarização relacional, como processo co-instituído entre sujeitos e ambiente, e, mais, as falas possuem uma grande carga da dimensão simbólico-emocional. Há uma transcendência nesta cifra do real que não diz só respeito ao ser-do-mundo ou a existência.

O debate de questão agrária no Brasil gira em torno de categorias abstratas dialogando entre si, nas quais somente o campesinato é o protagonista do processo,

esquecendo outros sujeitos sociais que (re)configuram essa questão no espaço-tempo. Mas, se a gente inverter isso, o que aparece? Aparece existência. Portanto, é preciso romper com a visão hegemônica que relaciona a questão agrária automática e exclusivamente à luta pela terra, dando um sentido negativo, arcaico, gerador de atraso para essa questão. É necessário entender a questão agrária no seio – e como consequência – do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo (MARCOS, 2016). “Na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer” (MARTINS, 1994, p. 12-13).

Nesse sentido, a questão agrária está submetida a essas vivências concretas do corpo que se expressam nessa trajetória a partir do solo quente da luta, e de como essas histórias de vida bagunçam certas categorias sobre a Amazônia e revelam outras. Aí começa a se desenhar uma Geografia em ato (DARDEL 2011).

Os corpos se agregam desencontrada e incontornavelmente na constituição do lugar, o que cria um foco (RELPH, 2012), uma densidade – lugar – em relação aos espaços outros em que opera a corporeidade. Esta “espessura” não se configura finitude estrita, é abertura – no sentido de começar a ser – dada diferenciação e distinção das vinculações entre ser e lugar na contemporaneidade, bem como os novos alcances que os corpos humanos podem dispor em termos técnicos. De todo modo, o engajamento corpóreo em campo é condição para constituir lugar (MALPAS, 1999). Ser dono da terra significa mais do que plantar, colher, e pescar, ou melhor, o que entendemos por plantar, colher e pescar tem sentido diferente para os povos tradicionais de Barcarena-PA, porque não é só movimento do pensamento – fruto de nossa reflexão algo distanciada acerca dessas atividades – mas ligação forte, de razão e fé, de objetividade e subjetividade, de imbricação entre ser e ambiente (DARDEL, 2011; MOREIRA, 2012).

É importante salientar que, a Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS) “fechou os olhos” para as irregularidades cometidas pela HYDRO-ALUNORTE. A mineradora não possuía licença ambiental para funcionamento das bacias de rejeitos e tubulações clandestinas que despejavam água não tratada – efluentes – diretamente nos igarapés *Boa Futuro*, *Gurajuba* e nos rios *Murucupi* e *Tauá*, na bacia do *rio Pará* são apenas alguns elementos do cenário dessa escabrosa peça. Podemos relacionar essa prática mineral predatória de neoextrativista. Gudynas (2012) define o neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento

focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada. A ideia de neoextrativismo corresponderia a uma reconfiguração do extrativismo, conceito cunhado para definir um conjunto de estratégias de desenvolvimento ancoradas em um grupo de setores econômicos que removem um grande volume de recursos naturais para comercialização após nenhum ou quase nenhum processamento. Apesar de o paradigma do extrativismo ser comumente aplicado à extração de recursos minerais e do petróleo, também pode ser associado a atividades agrárias, florestais e de pesca (ACOSTA, 2011; GUDYNAS, 2012).

A extração mineral é, hoje, a atividade que digladia entre dois polos pelo interesse humano: é responsável pela qualidade da vida moderna, mas também pode ser responsável por agredir a própria vida humana, degradando o ambiente, provocando doenças e mortes. Eis aqui exatamente o que Beck (2010, p. 73) chama de “miopia econômica”, ou seja, “a cegueira em relação aos riscos que é sistematicamente provocada” (**grifos meus**). Dessa forma, em prol do desenvolvimento econômico, riscos são tolerados, omitidos, desacreditados e ignorados na maior parte da produção extrativista.

Figura2: Os moradores ocuparam a prefeitura de Barcarena e fecharam o acesso às fábricas para protestar contra a poluição causada pela empresa.



Fonte: (Via WhatsApp).

Ainda nesse sentido, pensando em moldes de uma sociedade urbanocêntrica, a mineração e a qualidade de vida moderna, geralmente é mais favorável. Este é um ponto crucial, uma vez que para muitos é relativamente fácil pensar que é “pouca coisa” que algumas famílias ou comunidades percam seu “chão”

(e suas águas, no caso); parece um aspecto bem alienante da vida social, ou seja, nós só sentimos efeitos indiretos, mas e quem vive o efeito diretamente? Como compreender esses elementos como parte de uma questão agrária, que possui suas singularidades e subjetividades no cotidiano?

Foto3: Igarapé Bom Futuro, poluído pelos dejetos da Hydro-Alunorte.



Fonte: (Catarina Barbosa/Amazônia Real).

E igualmente a questão do rompimento me recorda muitos discursos que tenho ouvido ou lido por aí de que há excepcionalidades: a mineração “deveria” funcionar sempre muito bem, mas há exceções, alguns “poucos” problemas ocorrem. O problema é que os resultados então são desastrosos. Beck (2010) aponta, pois justamente o risco pode “não ser tão alto”, porém quando ocorre algo errado o efeito é destruidor.

Foto3: Vazamento da bacia de resíduos sólidos DRS1 da Hydro-Alunorte, em Barcarena-Pa.



Fonte: (Pedrosa Neto/Amazônia Real).

Mas como alcançar a nova ética ecológica contemporânea baseada em uma sociedade de risco em prol da proteção socioambiental quando se trata de atividade

minerária? É preciso sair de onde nós estamos, pois, onde nos encontramos, estamos condenamos. É preciso ampliar o nosso campo para outro caminho.

PARA (NÃO) CONCLUIR, PARA SEGUIR...

A presente pesquisa abordou um recorte espaço-temporal de uma municipalidade amazônica. Portanto, um elemento primordial que rebate inclusive no desenvolvimento local do município, é a criação de mecanismo de controle popular sobre a indústria mineradora. Isso é algo que o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) vem lutando no território nacional. Um mecanismo importante de gestão que envolve vários setores da sociedade.

Atualmente a Hydro-Alunorte em Barcarena-PA está com o funcionamento de 50% da capacidade produtiva, devido ao embargo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. A empresa assinou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e o Governo do Estado do Pará, representado pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS). O crime ambiental da Hydro-Alunorte vem exatamente em um contexto de debate sobre o decreto nº 9.406, estabelecendo o novo Regulamento do Código de Mineração. Decreto esse, realizado no (des)governo do ex-presidente Michel Temer, cuja tendência é afrouxar ainda mais o território brasileiro para as empresas de mineração com a transformação do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral numa agência reguladora, na qual tenho minhas profundas dúvidas se irá regular algo.

Nesse sentido, indígenas, quilombolas, ribeirinhos ou camponeses de todo tipo com sua forma de existir e se reproduzir econômica e socialmente promovem uma crítica contundente à lógica dos mecanismos de poder na nossa sociedade. A decolonialidade nos abre a porta para entender esses processos de forma ampla. Não apenas como estratégias econômicas que entram em conflito, mas sim como formas de construção de conhecimento diferenciadas.

Portanto, o trabalho vem no sentido de pensar os limites das tradições mais clássicas da sociologia rural. A partir de um caso que incorpora elementos diferentes e que não necessariamente pode ser interpretado com as categorias analíticas existentes, a pesquisa tem o potencial de oferecer um modelo interpretativo mais

completo para a compreensão dos impactos (de diferentes naturezas) do capitalismo agrário.

Algo que o trabalho de campo mostrou foi que as comunidades afetadas exigiram das autoridades a paralisação da mineração. Já os trabalhadores, sua continuidade. Como lidar com esse paradoxo? Como organizar sujeitos tão distintos em suas culturas e relações com os seus lugares ou onde a dependência das empresas mineradoras parece insuperável e seus impactos insuportáveis? São perguntas que merecem um seguimento na pesquisa. Refletir sobre esse paradoxo é (re)pensar novas formas de se fazer política. Portanto, estabelecer pontes entre povos e comunidade tradicionais, desenvolvimento e decolonialidade se constitui na dimensão teórica e metodológica na compreensão da atual questão agrária no Brasil. Proponho o debate e o avanço das pesquisas na região para uma melhor compreensão, tendo em vista que, a mineração é uma prática transversal no espaço geográfico.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Más alla del desarrollo**. Quito: AbyaYala, Fundación Rosa Luxemburg, 2011.
- ARENDT, H. **A dignidade da política. Ensaios e conferências**. ABRANCHES, A. (Org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Trad. De Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BRASIL DE FATO. **Documentário denuncia crimes ambientais graves em Barcarena (PA) nos últimos 15 anos**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br>> Acesso em 11 de Novembro de 2018.
- BRINGEL, Fabiano de Oliveira. As fronteiras agrárias intermitentes e as múltiplas territorialidades do campesinato na Amazônia paraense – uma análise comparativa projetos de assentamento no sudeste e sudoeste do Pará. ISSN: 2175-8875. **Anais do XI- ENANPEGE**. Porto Alegre-Rs. pp-4496-4506.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. **Relatório final da Comissão externa das bacias de rejeitos de mineração em barcarena/pa**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br> Acesso em 12 de Janeiro de 2019.
- CAPALBO, C. **Fenomenologia e Ciências Humanas**. Aparecida (SP): Ideias & Letras, 2008.
- CARDOSO, J. G. da R.; CARVALHO, P. S. L. de; FONSECA, P. S. M. da; SILVA, M. M. da; ROCIO, M. A. R. **A indústria do alumínio: estrutura e tendências**. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 33, p. 43-88, mar. 2011.
- DARDEL, E. **O Homem e a Terra. Natureza da Realidade Geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Santafé de Bogotá: Norma, 1998 [1995].

ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de outro modo**. El programa de investigación de modernidad/colonialidad Latinoamericano. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, nº 1, p. 51-86, jan.-dez. de 2003.

GOFFMAN, E. **A representação do Eu na vida Cotidiana**. 14ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LÉNA, P.; PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012b. p.303-318.

HENRIQUES, A. B.; PORTO, M. F. de S. **A insustentável leveza do alumínio**: impactos socioambientais da inserção do Brasil no mercado mundial de alumínio primário. *Ciência & Saúde Coletiva*. [online]. 2013, vol.18, n.11, p. 3223 - 3234.

HYDRO. **Quarto trimestre de 2017: Alta nos preços da alumina e do alumínio melhoram os resultados**. Disponível em <<https://www.hydro.com>> Acesso em 19 de Agosto de 2018.

LUIJPEN, A. M. **Introdução a Fenomenologia Existencial**. São Paulo: Editora Universitária da USP, 1973.

MALPAS, J. **Place and experience: A philosophical topography**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MARCOS, Valéria de. “Novas (ou) velhas alternativas para o campo na Amazônia e a questão agrária na atualidade”. In: MACEDO, Cátia; BRINGEL, Fabiano; SOUSA, Rafael; SANTANA, Rosiete. (Orgs.). **Os “nós” da questão agrária na Amazônia**. Belém-PA, editora Açai, 2016. p. 9-26.

MARTINS. José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**. Por uma política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. 2ª ed. São Paulo: Martin Fontes, 1999.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roseli Alves dos. (org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-34.

MONTENEGRO GÓMEZ. Jorge Ramón. povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento e decolonialidade: articulando um discurso fragmentado. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.6, n.1, p. 163-174, 2012. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB.

MOREIRA, E. **Ideias para uma Concepção Geográfica da Vida**. (Org. e Comp.). GUIMARÃES, M. S. F. P. Belém: SEMEC, 2012.

MIGNOLO, Walter D. **La colonialidad: la cara oculta de la modernidad**. MACBA, 2009, p. 39-49. Disponível em: <<http://www.macba.es>> Acesso em: 3 Janeiro 2019.

RELPH, E. Reflexões sobre a Emergência, Aspectos e Essência do Lugar. In: MARANDOLA Jr., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. **Qual o Espaço do Lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012.